



ISSN: 2230-9926

Available online at <http://www.journalijdr.com>

# IJDR

*International Journal of Development Research*

Vol. 12, Issue, 01, pp. 53261-53264, January, 2022

<https://doi.org/10.37118/ijdr.23755.01.2022>



RESEARCH ARTICLE

OPEN ACCESS

## A IMPORTÂNCIA DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO PELA PERSPECTIVA DA PEDAGOGIA UNIVERSITÁRIA

\*<sup>1</sup>Gunnar Glauco De Cunto Carelli Taets and <sup>2</sup>Maria Antônia Ramos de Azevedo

<sup>1</sup>Doutor em Ciências em Estágio pós-Doutoral pelo Programa de Pós-Graduação em Educação do Instituto de Biociências da Universidade Estadual Paulista (UNESP), Campus de Rio Claro. Professor Adjunto do Instituto de Enfermagem do Centro Multidisciplinar UFRJ-Macaé, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); <sup>2</sup>Doutora em Educação, Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação do Instituto de Biociências da Universidade Estadual Paulista (UNESP), Campus de Rio Claro. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Pedagogia Universitária (GEPPU / UNESP)

### ARTICLE INFO

#### Article History:

Received 17<sup>th</sup> October, 2021

Received in revised form

06<sup>th</sup> November, 2021

Accepted 11<sup>th</sup> December, 2021

Published online 28<sup>th</sup> January, 2022

#### Key Words:

Educação; Pedagogia Universitária;  
Projeto Político Pedagógico.

#### \*Corresponding author:

**Gunnar Glauco De Cunto Carelli Taets**

### ABSTRACT

Trata-se de um artigo teórico de reflexão cujo objetivo foi refletir sobre a importância do Projeto Político Pedagógico (PPP) a partir da perspectiva da Pedagogia Universitária trazendo elementos que possam contribuir com a dinâmica formativa dos cursos mediante a organização dos PPP e sua real e contextual aplicabilidade frente a contextos emergentes. O PPP pode ser entendido como o instrumento norteador, ou seja, o elemento rizomático e epistemológico de toda a organização do trabalho pedagógico. É a partir deste elemento, construído em uma base sólida de conhecimentos pedagógicos, políticos, sociais, culturais e principalmente, humanos, que toda a árvore da educação poderá crescer com todos seus galhos e folhas (professores e estudantes) e até mesmo gerar frutos (conhecimento, relações com a sociedade, o ensino-aprendizagem, ecologia dos saberes, interdisciplinaridade). Caso contrário, esta árvore poderá se curvar facilmente e até mesmo se desequilibrar com os ventos e as intempéries que toda sociedade está sujeita a lidar. Logo, vemos a importância que o PPP tem para a Pedagogia Universitária. Sem suas raízes profundas, a árvore da educação não se sustenta.

Copyright © 2022, Gunnar Glauco De Cunto Carelli Taets. This is an open access article distributed under the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.

**Citation:** Gunnar Glauco De Cunto Carelli Taets and Maria Antônia Ramos de Azevedo. "A importância do projeto político pedagógico pela perspectiva da pedagogia Universitária", *International Journal of Development Research*, 12, (01), 53261-53264.

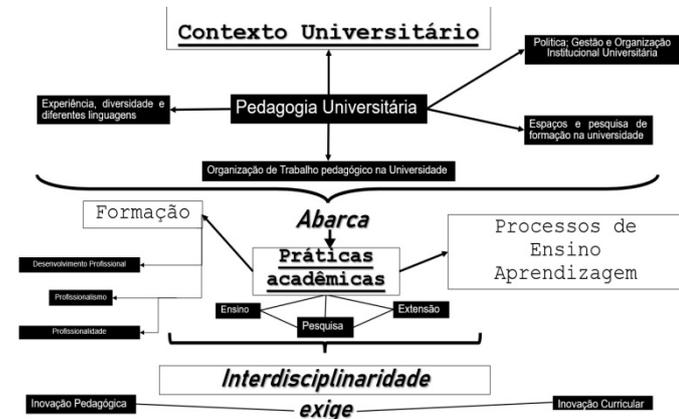
## INTRODUCTION

Pensar a organização administrativa e pedagógica dos cursos no âmbito universitário é condição necessária para a busca da qualidade formativa tão necessária para a formação de bacharéis e licenciados no contexto atual. Nessa direção, essa organização das propostas formativas dos diferentes cursos precisa estar fundamentada em dois documentos institucionais: o Plano de desenvolvimento institucional (PDI) e o Projeto Político Pedagógico Institucional (PPPI). Esses dois documentos traçam com precisão o projeto que determina o foco formativo que a universidade assume frente a complexidade do mundo contemporâneo. Acreditamos ser inviável e frágil universidades elaborarem seus PDIs sem que o PPPI nem tenha sido considerado, construído e discutido de forma ampla, democrática e de forma horizontal envolvendo os diferentes segmentos da instituição. Como pensar e construir possibilidades organizacionais de um PDI sem essa clareza? Se a universidade não delimita a política formativa de seus alunos espalhados nos inúmeros cursos, como exigir que potencialize uma formação de qualidade? Como lutar por orçamento se a própria universidade não sabe para que veio e quais suas demandas, preocupações e foco de investimentos.

Essas questões acabam sendo fundamentais para tratarmos da temática dos Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) dos cursos de graduação, pois não é viável e correto discutirmos sobre a construção, implementação e avaliação sistemáticas dos PPP's dos cursos desconsiderando por completo dois documentos institucionais que deveria balizar todas as propostas formativas dos cursos de uma universidade. Projeto Político Pedagógico é documento fundamental para a dinâmica de determinado curso, e sua função é apresentar uma proposta formativa com projeção de intencionalidade teórico metodológica embasada em teorias que reflitam a área tanto no que tange a construção de conhecimento como, sua contribuição ao mundo do trabalho do indivíduo historicamente situado. Diante disso, o campo da pedagogia universitária traz contribuições acerca do papel institucional e da corresponsabilidade de todos os sujeitos envolvidos nesse território. A Figura a seguir (Figura 1) expressa um tesouro da pedagogia universitária.

O campo epistemológico da Pedagogia Universitária hoje se encontra mais ampliado no cenário brasileiro com as contribuições do Grupo de Estudos e Pesquisas em Pedagogia Universitária (GEPPU) situado na Unesp campus de Rio Claro. Este grupo amplia esse campo e traz

para esse cenário o valor não apenas de discussões que permeiam a didática e a docência universitária e formação do professor universitário, mas aponta a necessidade de que a universidade tenha uma pedagogia universitária que ponha no cenário eixos/pilares que modelam, determinam, institucionalizam professores, funcionários e estudantes nesse universo tais como: Política, Gestão e Organização Institucional ; Experiência, diversidade e linguagem; Espaços e Processos de formação na universidade; Organização do Trabalho Pedagógico.

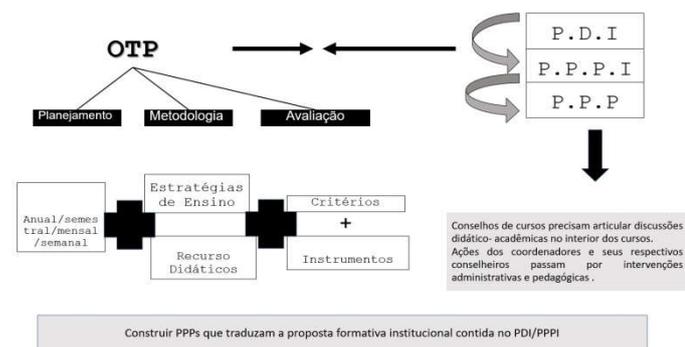


Fonte dos autores

Figura 1. Tesauro da Pedagogia Universitária

Este trabalho focou especialmente um dos eixos basilares do campo epistemológico da Pedagogia Universitária, qual seja a “A organização do trabalho pedagógico” relacionando-o à construção, implementação e avaliação sistemática dos PPPs dos cursos em que os professores estão inseridos. Nesta direção, o objetivo deste estudo é refletir sobre a importância do Projeto Político Pedagógico a partir da perspectiva da Pedagogia Universitária trazendo elementos que possam contribuir com a dinâmica formativa dos cursos mediante a organização dos PPP e sua real e contextual aplicabilidade frente a contextos emergentes. Trata-se de um estudo teórico de reflexão por meio da interpretação e compreensão dos significados de ações e relações de fatos não quantificáveis. O nível de aprofundamento se caracteriza como exploratória pois o objetivo é proporcionar visão geral, quando o tema escolhido é pouco explorado, visando articular sobre o espaço ocupado pelo PPP a partir da perspectiva da Pedagogia Universitária.

**Desenvolvimento:** O PPP pode ser entendido como o instrumento norteador, ou seja, o elemento rizomático e epistemológico de toda a organização do trabalho pedagógico desde a Educação Básica até a Educação Superior. Na imagem a seguir (figura 2), vemos a elaboração de uma organização do trabalho pedagógico a partir da interseção do PDI, PPPI e do PPP.



Fonte dos autores

Figura 2. Organização do trabalho pedagógico a partir do PDI, PPPI e PPP

O Projeto político pedagógico segundo Veiga(2003, p. 110) é um “instrumento de trabalho que mostra o que vai ser feito, quando, de que maneira, por quem, para chegar a que resultados. Explicita uma filosofia e harmoniza as diretrizes da educação nacional com a realidade da instituição traduzindo sua autonomia e definindo seu compromisso com a clientela”. Projeto porque faz uma projeção da intencionalidade educativa para futura operacionalização [...], político porque define uma posição do grupo, supõe uma proposta coletiva, consciente, fundamentada e contextualizada para a formação do cidadão [...], pedagógica porque define a intencionalidade formativa, expressa uma proposta de intervenção formative (Eyng, 2002). Todo projeto supõe rupturas com o presente e promessas para o futuro. Projetar significa tentar quebrar um estado confortável para arriscar-se, atravessar um período de instabilidade e buscar uma nova estabilidade em função da promessa que cada projeto contém de estado melhor do que o presente. Um projeto educativo pode ser tomado como promessa frente a determinadas rupturas. As promessas tornam visíveis os campos de ação possível, comprometendo seus atores e autores (Gadotti, 1994). Tomemos como norte a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB 9394/96) que é a legislação que regulamenta o sistema educacional (público ou privado) do Brasil (da educação básica ao ensino superior). É através dos princípios democráticos apontados na LDB 9364/96 que podemos encontrar o aporte legal da escola na elaboração da sua proposta pedagógica. De acordo com os artigos 12, 13 e 14, a escola tem autonomia para elaborar e executar sua proposta pedagógica, porém, deve contar com a participação dos profissionais da educação e dos conselhos ou equivalentes na sua elaboração (Martins, 2020). O projeto político-pedagógico dá o norte, o rumo, a direção; “Ele possibilita que as potencialidades sejam equacionadas, deslegitimando as formas instituídas” (Veiga, 2003, p. 192). Apresenta algumas características fundamentais, tais como: estar voltado para a inclusão a fim de atender a diversidade de alunos, ser coletivo e integrador e estar voltado em prol da democratização da escola.

Construir o projeto político-pedagógico para a instituição educativa significa enfrentar o desafio da inovação emancipatória ou edificante, tanto na forma de organizar o processo de trabalho pedagógico como na gestão que é exercida pelos interessados, o que implica o repensar da estrutura de poder. A instituição educativa não é apenas uma instituição que reproduz relações sociais e valores dominantes, mas é também uma instituição de confronto, de resistência e proposição de inovações. A inovação educativa deve produzir rupturas e, sob essa ótica, ela procura romper com a clássica cisão entre concepção e execução, uma divisão própria da organização do trabalho fragmentado. Infelizmente, a implementação e a construção do PPP, movimento absolutamente necessário, acabam ficando estagnados e isso acaba por fazer com que os próprios PPP se constituíam apenas em documentos regulatórios, sem vida, inertes de mobilização e quicá de transformação gerando, assim, uma ideia de PPP regulatório, pois apesar de trazer mudanças por um lado reproduzem um movimento alienante e destituídos dos sujeitos e, por outro, aponta ações que cumprem exigências legais mas que não foram amplamente debatidas, discutidas e ressignificadas. Segundo Veiga (2003) a inovação regulatória tem caráter regulador e normativo da ciência conservadora atrelado a um processo de mudança fragmentado, limitado e autoritário. Neste sentido, o PPP, pode servir para a perpetuação do instituído. A inovação regulatória significa assumir o PPP como um conjunto de atividades que vão gerar um produto: um documento pronto e acabado, deixando de lado o processo de produção coletiva.

Talvez um modelo de inovação regulatória possa ser percebido no Tratado de Bolonha de 1999. O Tratado ou Processo de Bolonha, que tem implantado o Modelo Unificado Europeu de Educação Superior, representa um “esforço de unificação de sistemas de formação universitária da União Europeia, visando à livre circulação de força de trabalho especializada e bens de conhecimento entre países-membros” (Souza Santos & Almeida Filho, 2008, p. 146). Compreende um conjunto de medidas para a promoção de programas que permitam maior mobilidade acadêmica, padronização de créditos e dinâmicas curriculares compatíveis, além de viabilizar um sistema

integrado de credenciamento e avaliação de instituições de ensino. Por outro lado, o Relatório de Implementação de Bolonha, datado de 2015, afirma que, entre 2012 e 2015, 47 países e mais de 4.000 instituições de ensino superior e outras organizações trabalharam no sentido de buscar adequações estruturais e de qualidade no Espaço Europeu de Educação. Embora nem todos os países e instituições tenham aderido ao Processo, o que se impôs nesse contexto, conforme afirma Araújo *et al* (2018) foi um caráter de uniformização, contrário à característica de diversidade organizacional que sempre marcou as universidades europeias durante os séculos de sua história. Ou seja, o que deveria ser inovador e libertador em tese, na prática, acabou se tornando um marco regulatório para uma padronização da Educação Superior na Europa. Já a inovação emancipatória, pressupõe uma ruptura que predisponha as pessoas e as instituições para a indagação e para a emancipação. O PPP, neste caso, enfatiza mais o processo de construção, implementação e avaliação sistemática do documento durante todos os anos em que o PPP estiver sendo vivenciado. Assim, esse movimento analítico, propositivo e participativo traz o real significado do termo “Inovação” onde o movimento vivido redimensiona o PPP articulando e integrando o processo com o produto porque o resultado final não é só um processo consolidado de inovação metodológica no interior de um projeto político-pedagógico construído, desenvolvido e avaliado coletivamente, mas é um produto inovador que provocará também rupturas epistemológicas.

A elaboração do projeto político-pedagógico sob a perspectiva da inovação emancipatória é um processo de vivência democrática à medida que todos os segmentos que compõem a comunidade escolar e acadêmica participam dela. Não há mais espaço para a universidade doutrinadora, encarregada da educação das elites, ou somente a serviço da produtividade. Nesse sentido, Sousa Santos (2008, p. 05) reconhece na Universidade Nova uma possibilidade de reforma inovadora. Em suas palavras, é o desenho de uma proposta que não deixa de “estar atenta às experiências internacionais, busca as suas raízes nas melhores experiências e ideias universitárias brasileiras”. Podemos citar como modelo de sucesso, realizado durante o governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, quando o Ministério da Educação e Cultura (MEC) lançou o Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Brasileiras (REUNI). Instituído por meio do Decreto nº 6096, de 24 de abril de 2007. É premente destacar que existe uma estreita relação entre as diretrizes estabelecidas no REUNI e a filosofia concebida para o projeto Universidade Nova, diretrizes do REUNI (Brasil, 2007). Em especial, referimo-nos à busca por um ensino superior de qualidade, que segundo as diretrizes pode ser alcançado por meio da flexibilização curricular dos cursos oferecidos nas universidades federais, valorizando interdisciplinaridade e permitindo a criação de diversificados itinerários formativos, bem como possibilitando a diversificação das modalidades de graduação e articulação com a pós-graduação.

O programa estabeleceu, ainda, diretrizes relacionadas ao aumento do número de vagas no ensino superior, às mudanças na forma de ingresso, às possibilidades de mobilidade acadêmica, aos programas de inclusão social, assistência e permanência estudantil, dentre outras diretrizes. O processo de reforma da universidade pública, segundo as diretrizes do REUNI, fixa que a educação superior “não deve se preocupar apenas em formar recursos humanos para o mundo do trabalho, mas formar cidadãos com espírito crítico que possam contribuir para a solução de problemas cada vez mais complexos da vida pública” (Brasil, 2007). Enquanto o mundo da pedagogia universitária fala em inovação, em educar para libertar e como viver melhor em sociedade, chama à atenção daqueles que são estudiosos sobre a organização do trabalho pedagógico, o fato de que alguns cursos superiores no Brasil, ainda optam pela subtração do termo político do PPP e passam a utilizar, apenas, o Projeto Pedagógico do Curso (PPC). Esse fato pode causar um estranhamento por entender o papel político que uma Instituição de Ensino Superior (IES) tem no Brasil e no mundo. Podemos citar, por exemplo, um dos pilares da IES no Brasil que é a extensão universitária definida pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (FORPROEX, 2010): “A Extensão Universitária,

sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre universidade e outros setores da sociedade”. O PPP é uma ação intencional com um sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente. É também um projeto político por estar intimamente articulado ao compromisso sócio-político com os interesses reais e coletivos da população majoritária. É político no sentido de compromisso com a formação do cidadão para um tipo de sociedade. A dimensão pedagógica reside na possibilidade da efetivação da intencionalidade da instituição, que é a formação do cidadão participativo, responsável, compromissado, crítico e criativo. (Veiga, 2003). Assim, político e pedagógico têm uma significação indissociável. Sob o prisma da educação superior europeia, no qual alguns currículos têm sido formatados a partir da definição de competências gerais e específicas, estabelecidas por meio de um modelo conhecido como *Tuning Educational Structures in Europe* (Bolívar, 2009). Cabe ressaltar que a origem do termo *competências*, é criticada por Bolívar (2011) quando o autor afirma que:

[...] o termo *competências* tem sua origem no mundo dos negócios e isso o torna suspeito como modelo de formação para a educação básica e superior, ao vinculá-lo às políticas neoliberais que subordinam a educação às demandas do mercado de trabalho e da gestão de recursos humanos. (Bolívar, 2011, p. 110).

Logo, vemos que não só no Brasil, mas em muitos países europeus, o método de organização do trabalho pedagógico é indissociável da vertente política. Percebe-se que para construir um projeto político-pedagógico de educação básica e superior de qualidade, é preciso que este esteja comprometido com as múltiplas necessidades sociais, culturais e também políticas da população. A instituição educativa não é apenas uma instituição que reproduz relações sociais e valores dominantes, mas é também uma instituição de confronto, de resistência e proposição de inovações. A inovação educativa deve produzir rupturas e, sob essa ótica, ela procura romper com a clássica cisão entre concepção e execução, uma divisão própria da organização do trabalho fragmentado. (Veiga, 2003)

### Considerações Finais

Este artigo não teve a pretensão de esgotar a temática tão complexa e importante para o contexto universitário, entretanto, gostaríamos de deixar, como considerações finais, a seguinte analogia: pensemos o PPP como um elemento rizomático e epistemológico da organização do trabalho pedagógico junto com o PDI e o PPI. É a partir destes elementos, construído em uma base sólida de conhecimentos pedagógicos, políticos, sociais, culturais e principalmente, humanos, na sociedade vigente, que toda a árvore da educação poderá crescer com todos seus galhos (professores) e folhas (e estudantes) e até mesmo gerar frutos (conhecimento, relações com a sociedade, o ensino-aprendizagem, ecologia dos saberes, interdisciplinaridade). Caso contrário, esta árvore poderá se curvar facilmente e até mesmo se desequilibrar com os ventos e as intempéries que toda sociedade está sujeita a lidar. Logo, vemos a importância que o PPP tem para a Pedagogia Universitária. Sem suas raízes profundas, a árvore da educação não se sustenta.

## REFERÊNCIAS

- Araújo, C.V.B.; Silva, V.N. & Durães, S.J. 2018. Processo de Bolonha e mudanças curriculares na educação superior: para que competências? *Educ. Pesqui.*, 44(e174148).
- Bolívar, A. 2009. *O planejamento por competência na reforma de Bolonha da educação superior: uma análise crítica*. In: Almeida, M.L.P. & Pereira, E.M.A. (Orgs.). Universidade contemporânea: políticas do processo de Bolonha(pp. 101-128). Campinas: Mercado das Letras.
- Bolívar, A. 2011. *El enfoque por competencias en educación general y educación superior: entre la inclusión social y el mercado laboral*. In: Almeida, M.L.P. & Pereira, E.M.A. (Orgs.).

- Reforma universitária e a construção do espaço europeu de educação superior: análise de uma década do processo de Bolonha (pp. 109-156). Campinas: Mercado das Letras.
- Bordignon, G. 2005. *Gestão democrática da escola cidadã*. In. Ceará. SEDUC. Novos paradigmas de gestão escolar (pp. 27-46). Fortaleza: edições. SEDUC.
- BRASIL. 2007. Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. Presidência da República. Brasília, DF: Diário Oficial da União.
- BRASIL. 2007. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Superior. *Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras*. Universidade Federal de Minas Gerais – PROEX. COOPMED Editora.
- Eyng, A. 2002. Projeto pedagógico: construção coletiva da identidade da escola, um desafio permanente. *Revista Educação em Movimento*, 1(1), 25-32.
- Gadotti, M. (1994, setembro). Pressupostos do projeto pedagógico. *Anais da Conferência Nacional de Educação para Todos*. Brasília, DF, Brasil.
- Martins, R. X. 2020. A covid-19 e o fim da educação a distância: um ensaio. *EmRede - Revista De Educação a Distância*, 7(1), 242-256.
- Motta, A.M.N. 2019. *Escola e professor conectados: a tecnologia a serviço da aprendizagem*. In: Gadotti, M.; Padilha, P.R.; Abreu, J. & Antunes, A.B.A escola dos meus sonhos. São Paulo: Instituto Paulo Freire.
- Portela, A.L. & Atta, D.M.A. 2001. *A dimensão pedagógica da gestão da educação*. (pp. 119-158). In: Rodrigues, M.M. & Giácio, M. (orgs.). Guia de Consulta para o Programa de Apoio aos Secretários Municipais de Educação. Brasília. FUNDESCOLA/ MEC.
- Sousa Santos, B& Almeida Filho, N. 2008. *A Universidade no século XXI: para uma Universidade Nova*. Coimbra: Edições Almedina.
- Veiga, I.P. A. & Resende, L.M.G. 2003. *Escola: Espaço do Projeto Político Pedagógico*. 7a. Edição. Campinas: Papirus.

\*\*\*\*\*